



**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE
CONSTRUÇÃO NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA DA ROÇA - BAHIA**

Ana Paula Nunes Melo¹
Roberto da Cruz Melo²

INTRODUÇÃO

Apresentamos neste resumo expandido uma visão geral dos compromissos que foram assumidos nesta pesquisa. Para isto fizemos uma exposição do objeto desta pesquisa que foi investigar os processos de elaboração do Plano Municipal de Educação - PME, de Várzea da Roça, tendo como **objetivo geral** compreender como o Planejamento da Educação se insere como instrumento de materialização do regime de colaboração na educação municipal, em Várzea da Roça.

Como **objetivos específicos** da pesquisa, buscamos compreender os elementos históricos e conceituais do planejamento educacional brasileiro; analisar as políticas de assessoramento técnico para o Planejamento da Educação Municipal, destacando as políticas implementadas nos municípios baianos; analisar os processos e técnicas de elaboração do Planejamento da Educação do município de Várzea da Roça.

Para nortear o desenvolvimento da pesquisa, formulamos a seguinte **questão de estudo**: como o assessoramento técnico ao Planejamento da Educação Municipal influenciou a construção do PME de Várzea da Roça? Dessa pergunta inicial, desdobramos outras questões para o desenvolvimento da investigação: Como a participação social e o princípio da democracia deliberativa incorporam-se às técnicas de planejamento, utilizadas na construção do PME? Quais os processos que foram determinantes na organização da elaboração do PME em Várzea da Roça? Como os Grupos Colaborativos e a Comissão Representativa compreendem o significado da construção do PME? E quais os indicadores necessários para o acompanhamento da implementação do PME, na percepção de seus elaboradores?

1 Mestre em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/Brasil. Endereço eletrônico: anapaulasnunes@hotmail.com

2 Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana, pelo Centro de Educação e Humanidades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ (2017). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA). Endereço eletrônico: robertodacruzmelogmail.com



Para compreender como as políticas de planejamento da educação brasileira fizemos um recorte temporal nos anos trinta, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, quando a temática emerge no contexto de políticas de aprofundamento do republicanismo no País, até a atual conjuntura, em que a organização da educação encontra-se numa encruzilhada de disputas entre a sua função eminentemente pública, no sentido de ser um direito do cidadão ofertado pelo Estado como continuidade de ampliação de um sistema civilizatório, ou apenas ser chancelado por esse Estado e ter as suas finalidades definidas e gestadas pelos agentes de “mercados educacionais”³, que não se contentam com a denominação ideológica, mas também com gestão dos Sistemas de Ensino. Desta forma, a disputa sobre os fins da educação ocorre em cada sentido das estratégias e metas dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação.

Para o entrelaçamento entre as vozes, as teorias e os documentos, estabelecemos um diálogo com os seguintes autores: Alves-Mazzotti (2004), Fonseca (1998), Saviani (2010) e Dourado (2013) para compreendermos os processos de centralização e de descentralização das políticas de educação, bem como, os arranjos institucionais próprios do arranjo do federalismo brasileiro, principalmente, neste momento em que o País mergulha em uma agenda de regressão das políticas sociais.

METODOLOGIA

Na investigação do presente objeto de estudo, utilizamos como estratégia de pesquisa o estudo de caso na perspectiva metodológica do paradigma da pesquisa qualitativa. Para Alves-Mazzotti (2004), a pesquisa qualitativa é um trabalho investigativo aberto e flexível, no qual se estabelece uma orientação metodológica e teórica no sentido de captar a diversidade dos aspectos considerados importantes pelos pesquisadores, que nesta pesquisa se constituiu no processo de elaboração do PME de Várzea da Roça – Bahia, no contexto da implementação de políticas de assessoramento técnico como desdobramento de ações dos Governos Estadual e Federal.

3 Essa agenda de influência dos “mercados educacionais” não é determinante de “hoje” e ou de “agora”, na política educacional brasileira. Entre 1980 e 1990, o Banco Mundial instalou uma nova forma de se relacionar com os países em momentos de ajustes econômicos e propõe a esses países, inclusive o Brasil, o financiamento de crédito de base política, incorporando à agenda econômica a influência nas agendas setoriais. A educação brasileira sofreu dessa influência das “contrapartidas” reformistas, nos fundamentos da racionalidade econômica, maior produtividade, menor custo com maior resultado, trazendo para a lógica das políticas sociais os mecanismos dos ajustes econômicos próprios das intervenções desses organismos (FONSECA, 1998, p.54-57).



A amostra foi definida de forma aleatória dentre os membros do Grupo Colaborativo e Comissões Representativas que acompanharam as etapas de construção do PME do Município de Várzea da Roça. Empregamos como instrumento de coleta de dados a análise documental, o grupo focal, e entrevistas individuais semiestruturadas. No que se refere à análise documental, admitimos, nesta Pesquisa, a compreensão de Alves-Mazzotti (2004, p. 169) que sinaliza:

Considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Regulamentos, atas de reunião, livros de frequência, relatórios, arquivos, pareceres, etc., podem nos dizer muita coisa sobre os princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e sobre as relações que se estabelecem entre diferentes subgrupos. [...] A análise de documentos pode ser a única fonte de dados – o que costuma ocorrer quando os sujeitos envolvidos na situação estudada não podem ser mais encontrados – ou pode ser combinado com outras técnicas de coleta, o que ocorre com mais frequência.

A utilização dessas técnicas, considerando a prática cotidiana e as falas dos sujeitos desta pesquisa, propiciou uma maior compreensão sobre a amplitude, limites, possibilidades e potencialidades do PME, expressas pelos operadores das políticas públicas de educação, em particular os membros do GC e da CR, no que diz respeito à participação social pelo princípio da democracia deliberativa na elaboração do PME em Várzea da Roça.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao refazer o processo de reconstrução histórica do planejamento na legislação brasileira e no contexto em que essas legislações foram produzidas, identificamos que o planejamento educacional é inserido na contemporaneidade como elemento ordenador e produtor dos consensos das políticas educacionais e como instrumento que surge de forma contraditória de uma “integração desintegrada”, como síntese possível da relação de solidariedade administrativa entre os entes federados, para sustentar a possibilidade de construção de um Sistema Nacional de Educação que tem como pretensão a integração dos sistemas de ensino subnacionais (SAVIANI, 2010).

Ao analisar os Programas de Assessoramento Técnico aos Municípios na elaboração



dos PME e a conseqüente organização das redes municipais, identifico algumas lógicas que são comuns, mesmo com as mudanças desses Programas e o contexto em que elas são interpretadas. A primeira lógica comum aos Programas é o da focalização das políticas. É uma lógica que permeia os processos formativos das redes municipais para que essas assumam tanto a ideologia da descentralização das políticas, como criem formas para dar sustentação à expansão do atendimento, por meio dos insumos da educação: carreira do magistério, equipes técnicas, ampliação de escolas, reorganização dos currículos e expansão da oferta quase exclusivamente no ensino fundamental.

A segunda lógica é a ampliação dos mecanismos de participação da sociedade civil, atribuindo a essa participação no sentido dessa sociedade ter responsabilidade direta pelas funções que deveriam ser, eminentemente, da responsabilidade do estado, pois arranjos para suprirem as faltas dos sistemas têm sido produzidos em diversos modelos de gestão dos sistemas de ensino.

A terceira lógica é da instrumentalização técnica por meio dos modelos de gestão descentralizados e de gerenciamento de informações e gerenciamento financeiro, num quadro de altas demandas por serviços educacionais, tendo como ênfase a racionalização dos processos para supervalorizar as ferramentas de gestão como se possível fosse separar as decisões de gestão sobre as escolhas políticas.

E a quarta lógica é que o planejamento é percebido como uma instrumentalidade técnica, como sínteses de diagnósticos sociais, que nem sempre, na sua concepção, dialoga com as demandas sociais, que são expressas nos debates e disputas das Conferências Estadual e Municipais de Educação. Verticalizar as metas e estratégias dos Planos a partir das formas que se manifestam no regime de colaboração em cada município brasileiro é um complexo de indeterminações (Dourado, 2013).

Identificamos também nos indicadores sociais o quanto em um município de pequeno porte, como é classificado pelos operadores das políticas públicas, os seus municípios possuem alta dependência da administração pública para a oferta da educação fundamental, que hoje, ao se colocar em pauta a possibilidade de flexibilização do financiamento da educação brasileira sobre o que está posto na vinculação constitucional, o risco de um retrocesso nos indicadores educacionais é uma possibilidade.

CONCLUSÕES



Compreendemos, a partir das análises das entrevistas e do pressuposto, que a representação e a participação são instrumentos complementares para o exercício democrático, a sua institucionalização nos conselhos setoriais dos anos 90, seguramente ampliou as possibilidades de interações dos diversos segmentos da sociedade na formulação, no controle e na fiscalização das políticas públicas em educação. As decisões sobre a política educacional em Várzea da Roça operam no limiar entre escolhas individuais e escolhas coletivas.

Assim, a institucionalização da participação social durante o processo de construção do PME se apresenta de forma contraditória e ambígua, uma vez que se institucionaliza a participação, mas no momento das decisões sobre a política, as perspectivas de ampliação da democratização da educação como a eleição de dirigentes escolares e a forma de contratação por concurso público dos professores, não são produzidos como consensos das representações que atuaram na construção do Plano, porém na disputa direta sobre a política. Isso confirma as questões iniciais da Pesquisa em que o planejamento educacional é o resultado das múltiplas determinações do contexto histórico, econômico e cultural em que essa política é construída.

Dito isso, apontamos para a necessária qualificação, por meio da difusão das informações educacionais do município de Várzea da Roça, em suas dimensões administrativas e financeiras, junto aos Conselhos de Representação Social, buscando uma articulação do Conselho Municipal de Educação com os demais conselhos da área social, com informações que sustentam a implementação da Política Educacional no Município.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação. Planejamento da Educação. Regime de Colaboração. Políticas Públicas. Participação Social.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisas quantitativas e qualitativas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

DOURADO, Luiz Fernandes. Sistema nacional de educação, federalismo e os obstáculos



ao direito à educação básica. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 34, n. 124, p. 761-785, jul-set. 2013. Disponível em: Acesso em: 11 set. 2015.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153- 177, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a02>>. Acesso em: 13 set.2015.

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 380-412, maio/ago.2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf>>. Acesso em:23set2016.